

A colonização alemã e a Revolução Farroupilha*

René E. Gertz**

A motivação para este texto veio de uma notícia de imprensa. Um *mail* da lista neues@brasillalemanha.com.br, ligada ao site www.brasillalemanha.com.br, com data de 24 de setembro de 2005, divulgou uma notícia com a seguinte manchete: “Inauguração do Memorial Pastor Farrapo neste domingo em Campo Bom”. Tratava-se da inauguração, pela comunidade luterana de Campo Bom, de um memorial em homenagem ao pastor Friedrich Christian Klingelhöffer, que chegou ao lugar, então colônia de São Leopoldo, em 1826, e se tornou o primeiro pastor da comunidade. Em homenagem a ele, não só foi inaugurado o memorial, mas foi promovida uma “Semana Pastor Farrapo”, em colaboração com a Colégio Sinodal Tiradentes, escola que começou a funcionar na pequena igreja de madeira construída enquanto Klingelhöffer exercia as funções de pastor, escola dirigida pelo próprio. O pastor aderiu, depois, com seu filho Hermann, à revolução e acabou sendo morto em combate, no ano de 1838. Seu filho também morreu em combate, no final do conflito.

O texto jornalístico trazia uma série de informações sobre o pastor, mostrando suas várias tentativas de obter junto ao governo brasileiro o cumprimento das promessas que lhe haviam sido feitas antes de vir para o Brasil, e o próprio esforço baldado dos colonos ao peticionarem ao governo imperial brasileiro para que Klingelhöffer recebesse salário de pastor. A nota termina com as seguintes considerações: “É diante desse quadro pessoal e das tantas promessas não cumpridas feitas aos outros colonos que, bem podemos entender,

* Trabalho apresentado na XXVI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), Rio de Janeiro, 2006. Uma versão bastante ampliada foi publicada sob o título “A memória da Revolução Farroupilha na colônia alemã”. In: Sidekum, Antonio et al. (orgs.). *Campos múltiplos: identidade, cultura e história – Festschrift* em homenagem ao prof. Arhur Blasio Rambo. São Leopoldo: Nova Harmonia/OIKOS, 2008, p. 83-104.

** Professor nos Departamentos de História da PUCRS e da UFRGS.

motivaram um homem que pregava Deus a pegar em armas e lutar numa revolução, onde morreu em combate”.

Nessa observação, transparece certo constrangimento em homenagear um pastor que, em vez de pregar a paz e o amor ao próximo, aderiu a uma revolução, e morreu em combate. Mas mostra que, apesar da consciência de que ele eventualmente não agira em total acordo com aquilo que o senso comum espera de um pastor, havia outras razões, mais fortes, para compreender seu comportamento e homenageá-lo.

Essa notícia na Internet motivou a tentativa de retomar uma experiência feita em relação à Revolução Federalista (1893-1895). Na época desta última, a colonização alemã no Rio Grande do Sul já estava muito mais expandida e aprofundada, já havia muitos descendentes de alemães nascidos e crescidos no Brasil, a presença na economia do estado era bem mais marcante e a inserção social era muito mais complexa. Também já haviam surgido significativas diferenças entre as várias regiões. Foi muito interessante observar as diferenças na avaliação desta revolução pela memória nessas diferentes regiões, bem como as modificações da sua avaliação no decorrer do tempo, havendo casos em que um mesmo autor fez mudanças de rumo de 180 graus em textos escritos no início do século XX para textos do final dos anos 1920.¹

Sobre os alemães e a Revolução Farroupilha não há uma quantidade tão grande de textos memorialísticos quanto sobre a Federalista, mas há alguns, e existem, sobretudo, textos de diletantes e historiadores escritos ao longo do tempo. Nesta tentativa de arrolamento, não se fará distinção entre os vários tipos de textos. Parte-se do pressuposto de que todos eles, em maior ou menor grau, colaboraram para difundir uma visão dos acontecimentos da década farroupilha e, assim, deram origem a uma cultura historiográfica relativa ao tema – não interessando se a visão é correta ou não, se publicada em livro ou num panfleto. Não se teve a pretensão de reunir tudo aquilo que existe, e muito menos é possível dizer algo sobre os efeitos produzidos na opinião pública pelos diversos textos – mas, com certeza, parte da opinião pública tomou conhecimento das diversas visões ou das diferentes ênfases, mesmo que, evidentemente, não se saiba qual delas pode ter sido a mais aceita, a mais influente.

¹ Gertz, René E. A memória da guerra civil de 1893 nas regiões de colonização alemã. In: Rambo, Arthur Blásio e Félix, Loiva Otero (orgs.). *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo/Porto Alegre: Editora UNISINOS/Editora da Universidade-UFRGS, 1995, p. 97-113.

Uma das características que se encontra nos primeiros textos escritos em alemão sobre a Revolução Farroupilha é a de uma imagem bastante diferente daquela que se encontra na historiografia tradicional gaúcha sobre a “nobreza” dessa guerra, em contraposição a outras guerras civis sul-rio-grandenses, em especial a Revolução Federalista.² Livros didáticos e de vulgarização da história regional estão cheios de referências à fidalguia com que a guerra de 1835-1845 foi travada, com absoluto respeito pela vida e pela integridade pessoal e dos bens dos adversários, caso fossem vencidos.

A imagem que nos transmitem os textos mais antigos em alemão é bem diferente. O primeiro foi encontrado em um almanaque de 1892, o *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, da firma Rotermund, de São Leopoldo, do pastor Wilhelm Rotermund, fundador do luterano Sínodo Riograndense e fervoroso germanista. O autor diz que uma das características da revolução foi a criminalidade generalizada de ambos os lados – incluindo alemães. O episódio, neste caso, parece ter sido evocado como para saudar a República que havia nascido dois anos antes – já que o texto, com certeza, fora escrito em 1891, ou antes – sem qualquer derramamento de sangue, quando, pela memória histórica da República de Piratini, se poderia ter esperado uma carnificina. Assim, o texto termina com o seguinte louvor aos republicanos de 1889: “O que eles fizeram dificilmente será imitado por outros em qualquer lugar do mundo. Deus guarde nossa pátria em paz!” (p. 40).

O próximo texto encontrado sobre o assunto em almanaques é de 1897, escrito, portanto, depois da Revolução Federalista. Desta vez, trata-se do *Koseritz' deutscher Volkskalender für Brasilien*, fundado por Karl von Koseritz. Também aqui se destacou o caráter absolutamente selvagem da luta, pois a massa daqueles que se envolveram não tinha qualquer noção de ideal ou objetivo – e isso incluiria mais uma vez os colonos alemães. O episódio narrado possui fundo histórico, pois trata-se do caso de um colono que matou um farrapo e, por isso, o famigerado “Menino Diabo”, personagem histórico que aterrorizou o interior da colônia de São Leopoldo, começou a torturar e executar alemães, por vingança. Para salvar a vida de inocentes, o colono se entregou ao bando de “Menino Diabo”, e foi barbaramente trucidado. A tônica, portanto, também aqui foi a violência gratuita e sem sentido que teria caracterizado a luta.

² Moraes, Carlos Dante de. Trinta e Cinco e Noventa e Três. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, nº 17, 1952, p. 8-29.

Esse episódio foi recontado, em 1913, pelo conhecido padre Ambrósio Schupp, no almanaque católico *Der Familienfreund*. A tônica nesta versão foi a mesma, variando apenas a “moral” da história: enquanto no almanaque fundado por Koseritz a noiva do infeliz colono morreu solteira e sem perspectiva de vida, na história de Schupp ela casou, teve seis filhos e viveu uma vida muito longa, em profunda piedade.

Em 1924, festejou-se o centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Um dos resultados dos grandes festejos promovidos naquele ano foi um volumoso livro sobre os *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul*.³ Esse volume foi organizado e em grande parte escrito pelo padre jesuíta Theodor Amstad, um dos melhores conhecedores da colônia alemã do estado, e figura com grande influência sobre sua população católica. Dentro da contextualização histórica da imigração e colonização alemã, encontra-se um capítulo dedicado à Revolução Farroupilha. A perspectiva sobre o envolvimento dos alemães que Amstad apresenta ali não tem grandes novidades em relação àquilo que foi visto nos textos anteriores. Baseado numa longa citação do médico Daniel Hillebrand, destaca que os alemães não eram contra o Império e que alguns aderiram aos farrapos só por causa da insistência destes de que eram senhores da província e que dariam aos imigrantes aquilo que o governo imperial prometera, mas não cumprira. Além disso, outros teriam aderido em decorrência de ameaças físicas feitas pelos revoltosos. Os que tinham simpatias pelos rebeldes, desde o início, eram pouquíssimos, e entre eles havia gente que já tinha tido problemas com a lei e a ordem na própria Alemanha. Cita como exemplo os Klingelhöffer, que haviam sido despachados da sede da colônia, São Leopoldo, para sua periferia, Campo Bom. Como prova de que os farroupilhas convictos entre os alemães eram “criminosos”, cita o fato de que no lugar que mais tarde seria Novo Hamburgo esses elementos incendiaram seis casas de supostos adversários. E a prova de que o governo imperial tinha certeza da lealdade da massa dos alemães estaria no fato da constituição da “companhia alemã”, sob o comando de Chico Pedro, mais tarde barão do Jacuí. A importância que o governo teria atribuído a essa companhia poderia ser vista pelo soldo que seus integrantes recebiam: 2,8 vezes superior ao dos demais combatentes. Até um passado não muito distante, sobreviventes dessa companhia teriam manifestado, repetidas vezes, seu

³ Verband deutscher Vereine (ed.). *Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul, 1824-1924*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1924, p. 136-144 [em português: Amstad, Theodor (org.). *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul, 1824-1924*. São Leopoldo: UNISINOS, 1999].

ódio aos alemães farrapos, demonstrando que se tratava de maus elementos. Relata depois as barbaridades cometidas por alguns farrapos não-alemães, como o “Menino Diabo” e o Capitão Carlos. Em conclusão, a Revolução Farroupilha só não ocasionou a destruição total da colônia por causa da firmeza dos ideais dos colonos. “Com exceção de algumas poucas batalhas, toda a guerra se restringiu a tropelias nas quais se saqueava e matava muito mais do que combatia. E, sob essa perspectiva, nenhum dos partidos podia fazer qualquer crítica ao outro” (p. 143).

Uma ruptura nessa tradição da memória sobre a Revolução Farroupilha na colônia alemã surgiu num *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, de 1930, com um pequeno artigo do pastor luterano Hellmut Culmann sobre Friedrich Klingelhöffer. A mudança de concepção está estampada no próprio título: “Pastor Fr. Christian Klingelhöffer, um mártir da República de 1835”. Como os autores anteriores, Culmann admite que a maioria dos colonos era politicamente neutra e leal ao império e que ameaças e promessas, de ambos os lados, levaram alguns a aderir à revolução. O personagem central, porém, é Klingelhöffer, apresentado como pastor ativo na comunidade, que, provavelmente, tinha imigrado com idéias liberais e republicanas originárias da vivência do período napoleônico na Alemanha, e, por isso, aderiu aos farroupilhas. O momento de sua entrada na luta não é idealizado, pelo contrário, ele saiu de Campo Bom e foi para o campo de batalha depois que seu filho Hermann matou um rapaz num baile. Mesmo assim: “Os ideais pelos quais ele tombou só foram atingidos 51 anos mais tarde, em 1889, através da proclamação da República brasileira. Klingelhöffer pertenceu ao pequeno grupo de pastores protestantes que atuaram na política. Ele morreu por suas convicções políticas e se transformou num dos primeiros mártires da liberdade no Brasil” (p. 109).

Aqui transparece um elemento que também já havia sido detectado na memória sobre a Revolução Federalista. Por mais paradoxal que possa parecer ao senso comum, também lá os textos de origem católica eram muito mais negativistas em relação à revolução e ao envolvimento de alemães e descendentes na mesma, enquanto alguns textos de origem luterana assumiam posturas bem mais realistas e afirmativas. Isso praticamente inverte a visão corrente no senso comum sobre os luteranos e a política brasileira. Não são eles que enxergam a política brasileira como algo de que o cidadão luterano de origem alemã deva manter-se afastado, pelo contrário. Aqui não é o lugar adequado para

aprofundar essa questão, mas pode-se arriscar uma interpretação resumida. Os católicos – e, no presente caso, especificamente os jesuítas – estão vinculados a uma instituição transnacional e tendem a marcar certa distância em relação aos Estados nacionais e suas políticas internas. Para os luteranos, pelo contrário, religião e política são realidades totalmente independentes entre si, pois – ao menos em teoria – não existe “política luterana”, já que política é uma realidade deste mundo, e a prática religiosa pertence a outro âmbito. Com isso, não há também uma grande contradição no fato de que um cidadão-pastor assuma uma posição política “rebelde”; isso não afeta, necessariamente, sua condição de pastor, é uma questão que afeta apenas o cidadão. Em casos concretos, até pode não ser recomendável para o bem da comunidade em que atua, mas não existe nenhuma razão “teológica” para que não o faça. Possivelmente tenham sido conjecturas dessa ordem que tenham levado Culmann a escrever seu texto sem dúvida simpático sobre Klingelhöffer.

Ao contrário daquilo que se esperava, a grande maioria das fontes em língua alemã não produziu qualquer comentário *sobre os alemães e a Revolução Farroupilha* no importante ano jubilar de 1935, com o nazismo em ascensão, na Alemanha, e o governo gaúcho numa relação muito positiva com a “colônia” – mesmo que tenham sido feitas referências genéricas ao episódio. Essa postura ainda está à espera de uma interpretação.

A única exceção foi o *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, da firma Rotermund, edição de 1936, com um novo texto de Culmann. Ao contrário do texto de 1930, o autor apresentou agora uma “novela”. Justificou seu empreendimento com o argumento de que o nome Klingelhöffer era mal-visto, mas que alguns anos atrás um jovem jornalista alemão, viajando pelo Brasil, “refrescou a memória sobre esse homem peculiar e teimoso”. Neste novo texto, o personagem central, porém, não é tanto o pai e pastor Friedrich Klingelhöffer, mas sim seu filho Hermann (Germano), que fez o seguinte comentário sobre a revolução para sua namorada Irma Fletter: “Aqui está em jogo a liberdade dos rio-grandenses, e nós agora também somos rio-grandenses”. “Quero lutar pela liberdade e me tornar um homem por completo”. Seu pai se distanciara do pastor Ehlers, da sede de São Leopoldo, e reuniões em que se conspirava eram feitas na casa dos Klingelhöffer. Nesse contexto, durante um baile, Friedrich Webbs cortejou a namorada de Hermann, e este acabou matando o desafeto. O baile se transformou num campo de batalha entre “caramurus” e “farrapos”, e toda a

colônia se agitou. A seguir, os Klingelhöffer abandonaram Campo Bom, e se juntaram aos revolucionários na guerra de guerrilha, na “guerra de bandos”. Hermann tornou-se tenente e participou de muitas ações importantes. Certo dia, recebeu a ordem de prender um estancieiro em Alegrete. Ao contrário daquilo que era costume na revolução, ele cumpriu essa ordem com altivez e respeito ao prisioneiro, com que “tais histórias, e outras, sobre o cavalheiresco ‘tenente Germano’ – como o chamavam os brasileiros – por muito tempo foram contadas ao redor do fogo nos acampamentos”. Hermann sobreviveu à batalha de Triunfo (1838), em que seu pai morreu, e passou a dedicar-se à vingança da morte dele, subiu um degrau na hierarquia militar e tornou-se capitão. Num retorno a Campo Bom, lhe contaram que a família de sua noiva tinha ido embora da localidade imaginando que os *dois* Klingelhöffer haviam morrido em Triunfo. Isso o desespera. A noiva, porém, ingressara como alferes nas forças revolucionárias, justamente na esperança de localizá-lo. Assim, chegamos a 1845. A paz já está assinada, mas o capitão Germano Klingelhöffer não o sabe, e se atira, de forma heróica, numa feroz batalha. Muito ferido, joga-se nas águas do Ibicuí, tentando fugir dos “caramurus”. Nesse momento, aparecem novas forças farroupilhas e os inimigos fogem. Entre o reforço amigo que se aproxima, está sua noiva Irma. Hermann é resgatado da água, mas acaba morrendo nos braços de sua amada.

Da mesma forma que a “novela” começa com uma “moldura” histórica, ela termina com um comentário de Culmann sobre o significado da participação dos Klingelhöffer na revolução. Interessantes para a perspectiva que nos interessa aqui são as palavras finais de Culmann relacionando o conteúdo da sua “novela” com o momento em que se festejavam os 100 anos do início da Revolução Farroupilha: “Também os teuto-brasileiros participam [desses festejos], pois forneceram homens, combatentes como Hermann Klingelhöffer, que fazem parte daqueles alemães que sempre estiveram ali onde se tratava de empenhar-se de forma integral em favor de uma grande causa”. Os Klingelhöffer “se empenharam pelo Brasil, pelos direitos do povo, pela pátria, e com isso cobriram de honra seu sobrenome alemão”. “Juntamente com os valentes gaúchos, combateram também pela liberdade e pelo futuro da etnia alemã na nova pátria, uma etnia que com seu sacrifício heróico deu mostras da gratidão que devota à nação brasileira” (p. 78).

Pela intensa repressão de que a “colônia alemã” foi vítima durante a Segunda Guerra Mundial, não há qualquer referência à *Revolução Farroupilha e aos alemães* no centenário do final dessa guerra civil, em 1945.

O primeiro texto posterior à Segunda Guerra Mundial que se dedicou ao tema da Revolução Farroupilha na colônia alemã foi o de Rudolf Peschke no *Staden-Jahrbuch*, do ano de 1955, editado em São Paulo. O texto aparentemente despertou alguma atenção, pois o *Jahrweiser* do Sínodo Riograndense o reproduziu em sua edição de 1957. O autor começou perguntando pelas razões que levaram os alemães a envolver-se na revolução, e respondeu: “Se os colonos foram levados a entrar nos conflitos e se envolveram, isso, em todo caso, não aconteceu como decorrência de um espírito aventureiro ou por excesso de zelo político, como aconteceu com os poucos italianos – um Garibaldi ou um Zambecari, por exemplo –, mas sob a necessidade de poder defender-se”. Na sede da colônia, em São Leopoldo, havia gente com formação mais aprimorada, e por isso houve uma maior adesão aos revoltosos; no interior da colônia, com gente mais humilde, houve maior fidelidade aos imperiais. Importante para todos eles, porém, foi o efeito desse envolvimento: “Através das dificuldades enfrentadas em comum por todos esses anos, a colônia criou vínculos com seu entorno e se desenvolveu um rio-grandenserismo entre os teutos, fortemente ancorado na nova pátria que passou a sentir-se fundido de forma indelével com a grande pátria brasileira” (p. 177). Se quisermos interpretar o sentido dessas palavras, poderíamos, sem dúvida, afirmar que Peschke queria dizer que todas as desconfianças levantadas sobre a fidelidade pátria dos teutos durante a Segunda Guerra Mundial eram absolutamente infundadas, pois eles se sentiam totalmente integrados e brasileiros, no mínimo, desde a Revolução Farroupilha.

Carlos Henrique Oberacker é um dos mais importantes pesquisadores da história da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Foi um dos mais destacados formuladores e defensores de uma política étnico-germanista no Brasil dos anos 1930. Nesse contexto, escreveu uma tese de doutorado sob o título *A situação étnico-política da germanidade no Rio Grande do Sul*.⁴ Mesmo que esse trabalho se concentre sobre o período mais próximo dos anos 1930, há uma referência rápida à Revolução Farroupilha. O autor fala dos luso-

⁴ Oberacker, Karlheirich. *Die volkspolitische Lage des Deutschtums in Rio Grande do Sul (Südbrasilien)*. Jena: Gustav Fischer, 1936.

brasileiros, que viveriam para a política, situação que muito facilmente degenera em revolução, enquanto os colonos alemães “na sua velha pátria nunca tinham ouvido falar de quaisquer direitos políticos. A atividade política lá ... constituía direito exclusivo de uma casta restrita e de um príncipe. Por isso, eles só sabiam ser submissos, obedecer, e assim não tinham aprendido a pensar politicamente... Até seu líder, Dr. Hillebrand ... estava totalmente imerso nas idéias dinásticas do direito divino. Só assim se pode explicar que durante a Revolução Farroupilha (1835-45) tenha rechaçado as ofertas de neutralidade dos dois partidos e julgado necessário envolver os colonos na guerra fratricida em defesa do poder imperial – apesar de que o governo imperial não tinha cumprido muitas das promessas feitas aos colonos e até tinha suspenso o pagamento das subvenções estabelecidas em contrato” (p. 73).

Após a Segunda Guerra Mundial, Oberacker escreveu uma volumosa história sobre *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*.⁵ Na terceira edição, dedica oito páginas à Revolução Farroupilha. Nesse texto, destaca que aqueles alemães que aderiram aos farroupilhas eram em geral os mais bem instruídos, mesmo que fossem minoria. Mas essa sua condição poderia ter levado a que os colonos, sem experiência política, os tivessem seguido. A única grande exceção entre a elite intelectual foi o médico Daniel Hillebrand. Mesmo que ele e os colonos não tivessem nenhum motivo para defender as autoridades imperiais, a postura de Hillebrand foi decisiva para o apoio da colônia à ordem. E ele teria tomado essa posição porque temia os resultados de uma vitória farroupilha. Não só o Rio Grande do Sul poderia ter-se separado do Brasil, mas poderia ter acontecido um efeito dominó, e todo o país esfacelar-se.

Como se vê, a motivação de Hillebrand aqui não seria mais a do alemão submisso à autoridade, ao poder estatuído por si só, mas o grande estrategista internacional, o geopolítico que avaliou com precisão o destino dum país que estava começando a ser construído e se empenhou para que ele se mantivesse inteiro e viesse a constituir-se em uma potência. Uma interpretação possível seria a de derivar essa mudança no pensamento de Oberacker também dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial. Nela, alemães e teuto-brasileiros (como o próprio Oberacker) foram acusados de terem tramado contra a

⁵ Oberacker, Jr., Carlos Henrique. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. Rio de Janeiro: Presença, 1985.

integridade e segurança políticas do Brasil. E assim, talvez o autor quisesse dizer a esses detratores que desde o início da colonização alemã os “alemães” “pensaram grande” a favor do Brasil e tiveram, inclusive, algum papel na manutenção desse “Brasil-grande”, quando optaram por combater aqueles brasileiros “legítimos” que queriam destruí-lo (p. 239-245).

Klaus Becker foi um pesquisador que deu contribuição muito importante para vários aspectos da história da imigração e da colonização alemãs no Rio Grande do Sul. Em seus textos sobre a Revolução Farroupilha não há necessidade de ler nas entrelinhas nem fazer interpretações. Seu texto é explícito quanto às intenções de combater as falsas acusações contra os “alemães” formuladas durante a Segunda Guerra por alguns dos mais destacados responsáveis pela “nacionalização” levada a efeito no período.⁶ Alguns trechos da parte inicial de um dos textos de Becker bastam para tornar isso muito evidente: “Depois de decorridos 150 anos do início da imigração alemã no Rio Grande do Sul, creio que seja lícito abordar esse tema, porque foi, tempos atrás, muito explorado, infelizmente em detrimento dos imigrantes alemães, que sofreram um julgamento bastante negativo de alguns escritores, que, e faço questão de frisar, não foram historiadores”. “Citarei, para a necessária elucidação, um depoimento que por sinal foi divulgado não só uma, mas em três edições de livro que ostenta o título significativo, e em relação à imigração alemã depreciativo, de *Denúncia*.⁷ A juventude rio-grandense deve saber que o autor desse livro foi o Secretário da Educação do RS, durante o Estado Novo, José Pereira Coelho de Souza. Teve, naturalmente, colaboradores que o assessoraram mal”. E a afirmação de Coelho de Souza aqui contestada é a seguinte: “[eu, Coelho de Souza] não empresto maior significado político à atitude dos alemães ... que tomaram parte ... na Revolução Farroupilha, atitude largamente explorada em perorações dos velhos discursos políticos, perseguidores de votos... O que não se pode afirmar, de certo, sem superficialidade, é que essas atividades bélicas dos colonos ... significassem integração no espírito nacional” (p. 495-496). Aqui fica explícito que Becker tenta analisar a participação dos alemães na revolução para rechaçar a acusação de ausência de “espírito nacional” entre alemães e descendentes durante a Segunda Guerra.

⁶ Becker, Klaus. Razões da participação dos alemães na Revolução Farroupilha. In: *III Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros* (1974). Porto Alegre: UFRGS, 1980, p. 495-501.

⁷ Trata-se do livro de J. P. Coelho de Souza intitulado *Denúncia: nazismo nas escolas do Rio Grande*. Porto Alegre: Thurman, 1941.

Interessante é que todos os autores que se dedicaram ao tema após a Segunda Guerra eram luteranos. Não foi encontrado nenhum texto escrito por um católico. Com isso, uma das conclusões deste texto – já que o espaço não permite citar outras – é a de que o estudo da memória sobre a Revolução farroupilha aponta para a necessidade de rever a inserção política dos luteranos no Brasil.